

100 dias de Governo e nada mudou

Presidente apresenta propostas polêmicas, mas de pouca efetividade

MARIAMA CORREIA

O Governo Temer completou 100 dias na última sexta-feira com um balanço de propostas polêmicas, mas de pouca efetividade para o combate à recessão. Até agora, as principais medidas apresentadas para tirar o País da recessão foram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55), que estabelece um teto para o crescimento do gasto público, e a Reforma da Previdência. Elas, contudo, não surtem efeito no curto prazo, dizem os especialistas. Ou seja, faltam soluções para retirar o País da crise mais rapidamente.

“Enquanto isso, o brasileiro continua convivendo com um cenário cada vez mais grave de perda de renda, desemprego. Em outubro, o IBGE contabilizou quase 12% de brasileiros desempregados e a previsão do Credit Suisse é que esse problema atingirá 13,5% da população no próximo ano. A instituição financeira também projeta crescimento zero para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2017.

E, a tão prometida retomada da confiança do empresário, que traria a retomada dos investimentos a reboque, também permanece distante. Em setembro, o Governo Temer lançou um pacote de privatizações chamado de “Projeto Crescer”. O objetivo era reoxigenar a economia com a entrada do investimento privado para 34 projetos de infraestrutura, entre áreas de mobilidade, energia, entre outros. Porém, grande parte desses investimentos não deslançou.

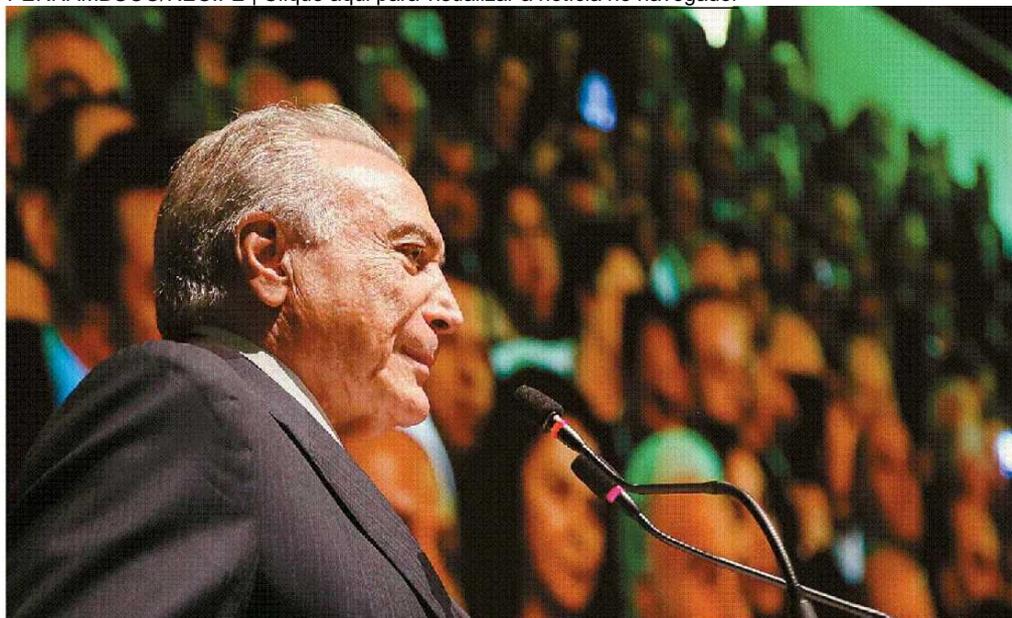
“Havia uma crença entre os analistas econômicos de

que Temer iria resgatar a credibilidade, mas houve certo desapontamento com a condução política do presidente. A instabilidade política e a insegurança jurídica, que atinge até a Suprema Corte, afastam os investidores, e a situação deve piorar com o lançamento do pacote de infraestrutura dos Estados Unidos, que vai competir com os projetos do Brasil”, argumenta o professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Antônio Carlos Alves dos Santos.

Na avaliação do professor de economia e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Guilherme Santos Mello, o Governo não vai conseguir rearmar a casa enquanto não combater efetivamente a crise fiscal - ou seja, a lacuna que há entre o crescimento das receitas e dos gastos públicos.

“Não dá pra apostar todas as fichas na PEC 55 e na Reforma da Previdência (ambas em tramitação no Congresso), cujos efeitos são de longo prazo. Até agora, a equipe econômica, comandada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, apenas ameaçou apertar os cintos, mas se recusou a assumir o ônus político de mexer em privilégios - como criar impostos sobre grandes fortunas. Ao invés disso, a conta ficou para os trabalhadores: a PEC do Teto dos Gastos congela recursos da saúde e da educação pública e a Reforma da Previdência, do jeito que está proposta, tem especial efeito sobre as aposentadorias menores”, opina. “O que foi feito, na prática, foi ampliar o lastro do déficit fiscal (R\$ 170,5 milhões) para abarcar todos os seus gastos.”

A pequena redução dos juros básicos (Selic), de 14,25% para 14% ao ano - a primeira em quatro anos -, foi uma das poucas ações cujas repercussões afetam positivamente o cotidiano da po-



Especialista vê desapontamento por parte de analistas econômicos diante do Governo de Michel Temer

balanço das principais medidas econômicas >

PEC do Teto dos Gastos Públicos



Uma das propostas econômicas mais ousadas do Governo Temer, a PEC 55, que limita o crescimento do gasto público à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos, para controlar o crescimento da dívida, foi aprovada da Câmara dos Deputados. Ela terá a segunda votação no Senado na próxima terça-feira e precisa ser aprovada por, pelo menos, três quintos dos senadores, para seguir para a sanção.

Reforma da Previdência



O polêmico texto da Reforma da Previdência causou revolta nas redes sociais e inflamou os ânimos das entidades de classe. A proposta aumenta a idade mínima de aposentadoria para 65 anos, tanto para homens quanto para mulheres, e o tempo mínimo de contribuição - de 15 para 25 anos, sendo 49 anos para o benefício integral. Apesar da impopularidade, a medida já recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. As votações no Congresso devem acontecer no começo do próximo ano.

Pacote de concessões e privatizações



Em setembro, o Governo anunciou um pacote de investimentos prevendo licitações em áreas de infraestrutura, transporte, saneamento e privatizações de ativos para turbinar a economia. Até o momento, no entanto, poucas medidas saíram efetivamente do papel. A instabilidade econômica e política é apontada pelos especialistas como um desestímulo ao investimento privado.

Juros

Na primeira redução dos juros em quatro anos, o Banco Central baixou a taxa básica Selic de **14,25%** para **14%** ao ano. O corte de juros - que subiram para conter a inflação - é uma medida que pode ajudar a economia a se recuperar no curto prazo, porque estimula o consumo. Porém, os economistas questionam se o nível de redução teria o efeito satisfatório.

Art: Folha/PB Hugo Cavalho

Estados



Desde que assumiu, Temer tem sido pressionado pelos estados e municípios brasileiros, que continuam cobrando ajudas financeiras, mesmo com a renegociação das dívidas com a União. O Planalto celebrou um acordo com os governadores para a liberação dos recursos resultantes da multa da repatriação (programa de regularização de ativos no exterior) no próximo dia 20. Em contrapartida, os Executivos estaduais terão que se comprometer com um “Pacto de Austeridade pela Retomada do Crescimento”.

pulação no curto prazo, estimulando o consumo, mas é pouco para o economista e sócio-diretor da Consultoria Ceplan, Jorge Jatobá. “Tem que criar as condições necessárias para o consumidor voltar ao mercado, porque a inflação, embora tenha desacelerado nos últimos meses, continua elevada e os juros também permanecem altos. O consumo das famílias caiu, permanece em queda e a inadimplência elevada”, avalia.

Estados

Outra medida que marcou essa primeira fase do Governo Temer foi a renegociação da dívida dos estados. Inicialmente, o Planalto tinha exigido contrapartidas para alargar o prazo de concessão dos débitos, que foram derrubadas pela Câmara dos Deputados, mas essas exigências voltaram a ser incluídas na PEC que tramita no Senado. “É uma espécie de PEC do Teto para os estados, que se encontram à

beira da insolvência. Inclui contrapartidas como proibição de reajustes de servidores por dois anos, entre outros. Mas não resolve o problema dos entes da Federação e dos municípios definitivamente, que, na minha visão, somente será sanada pela retomada do crescimento e consequente aumento da arrecadação”, argumenta o doutor em Economia e conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Fernando Aquino.

FOLHARESUME

Em 100 dias como presidente efetivo, Michel Temer e sua equipe econômica apresentaram propostas para a retomada da economia. Entre as apostas, estão a PEC do Teto dos Gastos e a Reforma da Previdência, mas faltam medidas capazes de estimular o crescimento.